

UM PONTO DE VISTA FUNCIONAL SOBRE A PREDICAÇÃO

Ataliba Teixeira de CASTILHO¹

- RESUMO: O texto relata o desenvolvimento do Projeto de Gramática do Português Falado, discute a predicação no quadro da gramática funcional e apresenta alguns resultados da análise de advérbios e adjetivos predicativos no português culto falado no Brasil, com base nos materiais do Projeto NURC.
- PALAVRAS-CHAVE: Língua falada; gramática funcional; predicação; advérbios; adjetivos.

Preliminares

A partir de 1988, um grupo de pesquisadores filiados a doze universidades brasileiras impôs-se a tarefa de preparar coletivamente uma gramática de referência do português falado culto do Brasil, com base nos materiais do Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (Projeto NURC/BR). Assim surgiu o Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF).

Como nenhuma teoria gramatical pode dar conta da totalidade dos fenômenos que compõem uma gramática de uso, optou-se pela convivência de teorias distintas, alternando debates descritivos e teóricos, para o acompanhamento dos resultados.

Na prática, acompanham uma orientação gerativista os grupos de trabalho encarregados da fonética e fonologia, da morfologia derivacional e sintaxe II (relações sentenciais), e uma orientação funcionalista dos grupos de trabalho de morfologia flexional, de sintaxe I (classes de palavras) e de organização textual interativa.

Cada Grupo de Trabalho (GT) estabeleceu uma agenda de pesquisas para o período de 1989 a 1995. Os textos produzidos no interior dos grupos são submetidos a um debate plenário em seminários anuais, de que se realizaram sete até o presente. Refeitos os textos, eles são publicados em série própria, de que saíram três volumes, estando o quarto no prelo e o quinto em preparação (Castilho, 1990; Ilari, 1992; Castilho, 1993b). Em 1996, tais estudos serão consolidados na gramática propriamente dita.

1. Professor Associado de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Pesquisador bolsista do CNPq. Coordenador Geral do Projeto de Gramática do Português Falado.

O GT de sintaxe I está constituído por Maria Helena Moura Neves, atual coordenadora, Carlos Franchi, Rodolfo Ilari, Esmeralda V. Negrão, Sírio Possenti, Erotilde Pezatti, Roberto Camacho, Célia Maria Moraes de Castilho e o autor deste artigo. Alguns bolsistas de graduação e alunos de pós-graduação atuam como pesquisadores auxiliares. Dou aqui algumas indicações sobre o tipo de gramática funcional que vem sendo desenvolvido por esse GT e menciono alguns processos semântico-sintáticos estudados nesse e em outros ambientes. Devo assinalar, logo de entrada, que não há entre os pesquisadores mencionados unanimidade de pontos de vista sobre o que segue. O presente artigo aglutina, portanto, alguns pontos de vista pessoais e convicções compartilhadas entre os pesquisadores.

O ponto de vista funcionalista

Uma observação preliminar diz respeito à variedade de acepções dos termos *função* e *funcionalista* na teoria gramatical.

A gramática funcional a que me refiro postula a língua como uma atividade social, e nisto se afasta da sintaxe gerativa, que interpreta a língua como uma atividade mental, e da Sintaxe Estrutural, que a interpreta como um sistema (Castilho, em andamento). Como bem reconheceu Halliday (1974, p. 98 ss), a gramática funcional concentra a atenção nos usuários e nos usos da língua, mediante uma valorização do receptor, do emissor e da variação linguística no quadro da reflexão gramatical.

Ao contextualizar os fatos gramaticais na situação de fala que os gerou, a gramática funcional toma como ponto de partida as significações das expressões linguísticas, indagando como elas se codificam gramaticalmente.

Um programa de pesquisas que busque investigar os diversos processos de gramaticalização deve admitir, com Franchi (1976, 1991), que a língua se compõe de três sistemas: o sistema semântico, o sistema sintático e o sistema discursivo, todos eles articulados pelo léxico.

De acordo com esse autor, o sistema semântico, conceitual ou nocional, compreende dois subsistemas: o predicativo-descritivo e o dêitico-referencial. O sistema sintático compreende os subsistemas categorial, argumental, o de relações gramaticais, o de processos e transformações, o de casos sintáticos etc. O sistema discursivo abriga as negociações intersubjetivas que fazem da língua um contrato social. Franchi insiste em que não há relações de determinação entre esses sistemas, que estão apenas associados, devendo ser concebidos de tal forma que se preserve a existência autônoma de cada um.

A gramática funcional toma os sistemas semântico e discursivo como *inputs* e o sistema sintático como *output*. Por outras palavras, postula-se que a língua exista não porque disponha de uma estrutura, mas sim que sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções. Ora, a correlação não biunívoca entre funções

e estruturas explica a natural heterogeneidade das línguas. Como decorrência disso, um estudo funcionalmente orientado despreza a busca imediata de generalizações que se encontram na comparação das línguas entre si, privilegiando, num primeiro momento, o estudo empírico de uma dada língua.

A postulação funcionalista mais forte é a da gramática como um processamento das categorias discursivas e semânticas, de que resultam as estruturas sintáticas. A gramática, portanto, seria uma cristalização das formas discursivas mais produtivas, processo esse conhecido como *gramaticalização*.

Há certo risco em estabelecer a seqüencialidade discurso →semântica →sintaxe para explicar o funcionamento das línguas naturais, pois é mais provável que esses sistemas operem numa forma simultânea, como verdadeiros módulos da mente humana. As atuais tendências da gramática funcional parecem distinguir-se ou pela admissão tácita da seqüencialidade, ou pela admissão do funcionamento simultâneo desses componentes.

Assim, o funcionalismo radical, representado por Garcia (1979) e Givón (1979), enfatiza as pressões icônicas do discurso sobre a gramática, negando existência à sintaxe. O funcionalismo moderado defende a confluência de fatores estruturais e discursivos sobre a sintaxe. Integram esta vertente – embora não haja uniformidade de pontos de vista entre eles – Givón (1983, 1984), Dubois (1980, 1985, 1987), Hopper & Thompson (1980, 1984), Dik (1981, 1989) e Halliday (1985).

Dubois (1985), participante desta última vertente, considera adequado identificar nas línguas naturais um campo de permanentes “*motivações em competição*”. Segundo esse autor, identificam-se aí, de um lado, as necessidades discursivas dos falantes no quadro de um “*funcionalismo transparente*” e, de outro, as forças internas de um “*estruturalismo autônomo*”.

Em suma, a gramática funcional se constitui de três componentes: o discursivo, o semântico e o sintático. Passo a enumerar sumariamente os tópicos ora em debate em cada um desses componentes, furtando-me a uma resenha minuciosa.

1. O componente discursivo

Como se sabe, não existe ainda uma teoria integrada do discurso. De todo modo, tem-se mostrado produtiva a análise dos seguintes processos discursivos, por apresentarem correlatos na sintaxe:

a) a teoria dos atos de fala, em sua relação com a sentença. Dik (1989, p. 50) correlaciona a “entidade” *ato de fala* com a unidade estrutural *cláusula*, que distingue da proposição, da predicação, do termo e do predicado,

b) o fluxo da informação e a organização tópica do texto. Jubran et al. (1992) postularam que os “tópicos discursivos” são de natureza fundamentalmente interacional, e não podem ser confundidos com os turnos conversacionais. Um tópico discursivo tem por propriedade primeira a “centração”, que

abrange os traços de a) concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados – implicativa, associativa, exemplificativa ou de outra ordem – pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis; b) relevância: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida por seus elementos; c) pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem (op. cit., p. 361-2).

Diversas marcas formais delimitam os tópicos discursivos. Esses autores mostram que os tópicos discursivos exibem uma estrutura hierárquica;

c) definitude e indefinitude no discurso. Dubois (1980) e Lavandera (1984) mostraram que a estratégia de representação das personagens numa narrativa se reflete na seleção do material lingüístico. Esses conceitos são dinâmicos e se constroem no discurso, na dependência da fixação maior ou menor dos falantes em determinados participantes da ação. Assim, definido é o tema para o qual se “abriu um arquivo” no aparato cognitivo dos interlocutores, dada sua importância na interação. Os temas indefinidos não implicam essa fixação. Os diferentes processos de composição do sintagma nominal e de seleção dos pronomes estão correlacionados com essas estratégias discursivas.

d) fundo e figura no discurso. Autores que se concentraram nas condições de produção do texto mostraram que duas situações básicas as motivam: a necessidade de compartilhar experiências, impressões e opiniões e o desejo de informar, de narrar algo supostamente desconhecido pelo interlocutor (Benveniste, 1966; Weinrich, 1967). Essas situações foram denominadas, respectivamente, “discurso” (Benveniste), ou “comentário” (Weinrich), e “história” (Benveniste) ou “narração” (Weinrich), tendo-se repertoriado as marcas formais que lhes correspondem, sobretudo a seleção dos tempos verbais.

2. O componente semântico

Deslocar-se da semântica para a sintaxe não é um caminho fácil, seja pelos riscos de se estabelecerem aí relações de determinação, seja por não dispormos de teorias semânticas razoavelmente estáveis.

Leech (1974), Lyons (1977) e Kates (1980) parecem identificar três campos de atuação dessa disciplina: a semântica léxica, a semântica sentencial e a semântica-pragmática. Em Castilho (1993) propus que os termos *sentido*, *significado* e *significação* fossem usados para representar as noções criadas no ambiente lexical, gramatical e interacional, respectivamente.

Entre outros, os seguintes processos semânticos têm correlatos no enunciado: (1) a referência e a pressuposição, (2) a predicação, (3) a quantificação, (4) a dêixis e (5) a foricidade.

Na segunda parte deste artigo, tratarei da predicação, nos quadros das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de sintaxe I do PGPF.

3. O componente sintático

O componente sintático é visto numa gramática funcional em suas relações com os processos pragmáticos e semânticos.

Os seguintes fenômenos sintáticos têm sido considerados:

a) a identificação das classes. Lakoff (1982) e Givón (1986) dissertaram sobre as duas fontes da categorização lingüística: a categorização clássica, elaborada por Aristóteles e retomada pela semântica de Frege e pela gramática gerativa, e a categorização natural, elaborada por Wittgenstein e retomada a partir dos anos 80 pela psicologia, pela antropologia e pela lingüística cognitiva. Segundo a teoria clássica, as classes gramaticais são discretas e dotadas de propriedades inerentes. Segundo a teoria natural, as classes têm limites imprecisos (*fuzzy hedges*) e os itens que elas comportam possuem diferentes graus de integração, sendo que muitas relações podem ser reconhecidas entre os membros de categorias diferentes. Lakoff (1975) propôs o termo *hedges* para designar determinadas classes ou expressões “*whose job is to make things fuzzier or less fuzzy*” (p. 234), e Givón (1986) propôs uma solução híbrida entre as duas teorias, a que denominou teoria do protótipo. Essa teoria postula que alguns membros de uma categoria compartilham todos os traços ou propriedades dessa categoria – e seriam, portanto, seus protótipos –, outros, diferentemente, compartilham apenas alguns traços, afastando-se da prototipicidade. Estas considerações se mostraram particularmente importantes na descrição dos advérbios delimitadores (Moraes de Castilho, 1991), também conhecidos como aproximadores (Quirk et al., 1985; Castilho, 1993a);

b) a organização funcional da sentença e a articulação tema-remática. Ilari (1986) descreve aspectos da sentença na língua portuguesa baseado nessa perspectiva. Castilho (1989) argumenta que a ATR ultrapassa o domínio da sentença, alcançando poder explanatório sobre as unidades textuais;

c) a ordem do ponto de vista funcional: têm sido oferecidas explicações funcionalistas sobre a disposição dos argumentos sentenciais e as pressões discursivas, controladas, evidentemente, por aspectos de natureza estrutural. Questões relativas às construções de tópico, ao sujeito de verbos intransitivos existenciais e apresentacionais, entre outros temas, têm sido examinadas de acordo com essa ótica (Braga, 1987; Pontes, 1987; Pezatti, 1992);

d) a concordância nominal e verbal em sua correlação com a saliência morfológica são temas versados em Lemle & Naro (1977), Rodrigues (op. cit.), Scherre (1988).

Apesar das enormes dificuldades envolvidas pela abordagem funcionalista, deve-se reconhecer que algumas descobertas permitem visualizá-la como uma perspectiva teórica que tem levantado questões intrigantes. Impossível deixar de reconhecer, também, que a gramática funcional é um programa em rápido desenvolvimento. É bem verdade que em dado momento se cometeram alguns exageros como, por exemplo, decretar a morte da sintaxe, vitimada pelo discurso. Um sociolingüista como Labov, cuja metodologia de regras variáveis suscitou uma grande quantidade

de estudos funcionalistas, sentiu-se no dever de alertar para os riscos de um enviesamento antiformalista. Ele mostra que há setores nas estruturas lingüísticas irreduzíveis a aproximações com o discurso (Labov, 1987). No Brasil, têm debatido esse assunto Votre & Naro (1989), Nascimento (1990), Dillinger (1991) e Naro & Votre (1992). Foge ao escopo deste artigo uma resenha minuciosa dos argumentos aí expendidos.

A predicação

Para discutir um ponto de vista funcionalista sobre a predicação, gostaria de tomar como ponto de partida uma intuição fundamental devida a Apolônio Díscolo, gramático alexandrino do séc. I d.C. Apolônio Díscolo integrava os estudos gramaticais em três pontos: o som e a sílaba, a classificação das partes da oração e a própria oração (Bécares Botas, 1987, p. 32). Ele entendia que a oração se realiza num nível duplo, o semântico (a oração tem uma significação auto-suficiente) e o funcional (“os casos oblíquos se conectam com os retos por meio de um verbo inserido entre ambos, a ação do qual passa do nominativo – reto – para o oblíquo”) (op. cit., I 137).

É precisamente sua concepção sobre os casos que tem importância para minha argumentação aqui. Para Apolônio Díscolo, os casos não designam formas, e sim relações sintáticas. Assim, o caso reto é o que está “ordenado”, ou está em “ordem coincidente” com a pessoa verbal (op. cit., IV 46), codificado na gramática pela concordância do verbo com seu sujeito, ao passo que o caso oblíquo é o “desviado”, o não coincidente com a pessoa do verbo (op. cit., IV 18); essa relação não é marcada pela concordância em línguas indo-européias como o grego e o português.

Ora, esta percepção permite identificar duas relações sintáticas de base: a predicação, que é a relação marcada pela concordância, e a complementação, que é a relação não marcada pela concordância. Tanto a predicação quanto a complementação implicam a atribuição de casos: nominativo à esquerda do verbo, no caso da predicação, acusativo, dativo ou ablativo à sua direita, no caso da complementação. Tais casos podem ter uma representação morfológica, como no grego clássico, ou uma representação abstrata, no caso do português.

A predicação, portanto, pode ser definida como a relação entre um predicador e seu sujeito, ao passo que a complementação é a relação entre o predicador e seus argumentos internos. Desnecessário ressaltar que as gramáticas formais negam validade a esta distinção, unificando na predicação os dois processos. Razões semânticas que exporei adiante sustentam, entretanto, tal distinção, válida, segundo penso, nos quadros do raciocínio funcionalista.

Retomando agora a concepção da língua como um conjunto de sistemas interligados pelo léxico, vou examinar a predicação mais de perto, praticando o conhecido paradoxo da ciência de separar o que vem reunido. Essa tripartição de domínios

permite lançar alguma luz sobre o complexo fenômeno da predicação. Entretanto, não apresentarei aqui um relato exaustivo do "estado da arte" sobre ela.

1. Predicação e semântica

Segundo a lógica aristotélica, a designação é um processo de predicação e, assim, cada item lexical pleno de significado é um predicador. Os nomes predicam, isto é, designam os seres e as coisas; os adjetivos, os estados; os verbos, as ações e os eventos; as preposições, as relações, e assim por diante. Aristóteles, naturalmente, cercou essa afirmação dos devidos cuidados:

os nomes são símbolos das coisas, mas a relação entre o conceito (*noéma*) e o sinal (*seméion*) ou entre a coisa (*prágma*) e o nome (*ónoma*) não é sempre de congruência. Não se recobrem sempre inteiramente conceito e palavra. O que está no som é símbolo do que está na alma, mas não necessariamente o conceito que está no som, o significado, é congruente com o conceito que está na alma, embora só sob as formas de linguagem possam ser apreendidos os conteúdos mentais. (Moura Neves, 1987: p. 64-5)

A predicação por designação gera o sentido, que decorre da relação entre o item e seu referente. Este modo de ver as coisas corresponde ao subsistema referencial do sistema semântico mencionado anteriormente. Ele não será tomado em conta aqui, pois a predicação será entendida como a incidência de um item sobre outro.

Outra percepção semântica postula que a predicação é um processo gerador de significados não contidos no sentido dos itens lexicais envolvidos, e depende crucialmente da relação entre um item-predicador e um item-sujeito. Aqui estou utilizando "sentido" como o conteúdo do item lexical (isto é, como o somatório de seus traços semânticos) e "significado" como a resultante da combinação dos sentidos de dois itens lexicais relacionados sintaticamente. O predicador, portanto, transfere a seu sujeito uma propriedade sua, que poderá ser (i) a emissão de um juízo sobre o valor de verdade da classe-sujeito, (ii) a alteração da extensão dos indivíduos designados pela classe-sujeito ou (iii) a alteração das propriedades intensionais da classe-sujeito. Estas são, ademais, outras diferenças entre predicação e complementação, visto que na complementação o sentido do argumento não é modificado pelo sentido do predicador.

Seja o seguinte recorte de enunciado:

(_____
_____ (_____

(1) *Realmente, jogador alto ganha fácil a partida no campeonato.*
_____) S [_____] S

Em (1), temos as seguintes relações de predicação:

- (i) *alto* predica o argumento *jogador*, qualificando-o com o traço de dimensão;

- (ii) *fácil* predica o predicador *ganha*, qualificando-o;
- (iii) *ganha fácil* predica o argumento *jogador alto*, atribuindo-lhe o traço de agentividade;
- (iv) *realmente* predica toda a sentença, avaliando-a de modo asseverativo.

Essas quatro predicções resultam da relação entre os predicadores *alto*, *ganha*, *ganha fácil* e *realmente* e seus sujeitos *jogador*, *ganha*, *jogador alto* e a sentença, respectivamente. O exemplo (1) mostra que o predicador pode tomar por sujeito uma classe referencial, uma classe predicadora ou toda uma sentença. Mas a predicção pode incidir sobre mais de um sujeito, como veremos a seguir. Em todos esses casos é patente que a classe-sujeito recebe uma contribuição semântica que não estava inscrita nas suas propriedades: tanto é certo que os jogadores não são necessariamente altos, não ganham necessariamente as partidas, ganhar partidas não é uma tarefa necessariamente fácil, nem a sentença acima deve ser necessariamente asseverada. Pode-se dizer que através da predicção adicionaram-se propriedades novas sem, contudo, alterar as propriedades preexistentes.

Por outro lado, observando-se as “direções da predicção” representadas pelas flechas que acompanham o enunciado (1), nota-se que o movimento da direita para a esquerda é o mais habitual, não se excluindo o movimento da esquerda para a direita, identificada em (iv).

A gramática tradicional denominou de diferentes maneiras as predicções aí exemplificadas: (i) é descrita como um caso de qualificação (ou restrição, ou delimitação); (ii), como modificação; (iii), como a predicção propriamente dita; (iv), como modalização. Uma descrição mais econômica reconheceria em todos esses processos apenas o da predicção pura e simplesmente, para cujo estudo será necessário formular um plano de pesquisas.

Mas as hesitações da gramática tradicional, por outro lado, evidenciam que é uma tarefa árdua teorizar sobre os significados gerados pela relação entre o predicador e seu sujeito. Nesse particular, as indicações de Weinreich (1972) parecem-me de grande utilidade. Nas relações entre os signos, ele distingue dois processos básicos: o de encadeamento (*linking*) e o de transferência (*nesting*). Tal como nos casos anteriores, apresentarei uma leitura pessoal desse importante texto de Weinreich.

Assim, acompanhando em parte esse autor, direi que o encadeamento e a transferência representam distintas manifestações da predicção entendida como um fenômeno semântico. A estas acrescentarei a predicção por cancelamento.

No encadeamento há uma predicção composicional, em que às propriedades intensionais do item-sujeito são acrescentadas as propriedades que procedem do predicador. Em (2), houve a adição das propriedades de quantificação aspectualizadora do advérbio *normalmente* às propriedades de *divertir-se aos sábados*:

(2) *normalmente eles se divertem aos sábados.*

Na transferência há uma predicação não composicional, visto que o significado resultante não se encontra nos sentidos dos itens relacionados. Assim, em

(3) *pôs-se a andar*,

o primeiro verbo toma por sujeito o segundo, e a noção de inceptividade revelada pela paráfrase

(3a) *começou a andar*

não se encontra no estado de coisas descrito por *pôr* nem por *andar*. Dizemos então que essa predicação gerou um significado novo, transferindo-se o conjunto de um "lugar" léxico-semântico para outro. Segundo Ilari (1992), a não-composicionalidade gera as expressões idiomáticas. Assim, comparando *romance machadiano* com *elefante branco*, ele argumenta que no primeiro sintagma há uma relação de intersecção entre as propriedades de *romance* e as de *machadiano*, ao passo que, no segundo, "o sentido que atribuiríamos, no atual estágio da língua, a cada um dos constituintes, é irrecuperável".

Pode ser que a predicação composicional e a não composicional representem pólos extremos no eixo da predicação, em que haveria graus intermediários de modificação do sujeito. Assim, em

(4) *a casa está praticamente vendida*,

o advérbio *praticamente* confirma alguns dos traços de *vender*, apagando outros. Essa predicação por cancelamento parcial dos traços ficaria a meio caminho entre a composicionalidade e a não-composicionalidade.

No pólo da composicionalidade estariam os especificadores, a maior parte dos adjetivos, advérbios e verbos absolutos e auxiliados. No pólo intermediário do cancelamento estariam os delimitadores, ou aproximadores. Finalmente, no pólo da não-composicionalidade estariam alguns verbos auxiliares e as expressões idiomáticas ou formas cristalizadas, constituídas pela associação de classes tais como V + N (por exemplo, em *dar-se conta*, *ter tempo*), N + Adj (como em *elefante branco*) etc.

É importante reter que a sentença é uma espécie de "sopa predicativa", pois tanto entre os constituintes do *dictum* quanto entre este e o *modus*, desencadeiam-se diversos processos predicativos.

2. Predicação e sintaxe

No item anterior, procurei dar uma caracterização semântica da predicação. Indicarei agora os ambientes em que tais processos ocorrem.

2.1 Predicação no espaço sintagmático da sentença, em que podem ser documentadas predicações por determinação, por quantificação, por delimitação e por atribuição, no caso do SN, e por modalização, no caso do SV. Detalhando um pouco:

(1) Os especificadores tomam por sujeito o núcleo do SN. Com isso, os artigos, os demonstrativos, os possessivos e os quantificadores seriam entendidos como predicadores. A esses constituintes devem-se agregar os delimitadores, analisados por Moraes de Castilho (1991).

(2) Os SAdj tomam por sujeito o núcleo do SN.

(3) Os SAdv tomam por sujeito os núcleos do SV, do SN e do próprio SAdv.

Um interesse secundário destas postulações está em identificar no interior dos sintagmas os mesmos mecanismos gramaticais que se identificam no interior das sentenças.

2.2 Predicação no espaço funcional da sentença: o V toma por sujeito o SN argumento externo.

2.3 Predicação da sentença: os chamados "advérbios de sentença" tomam por sujeito toda a sentença, como em (1) e (2), segundo se pode constatar através das paráfrases:

(1a) *É real que S*

(2a) *É normal que S*

Quando o predicador toma por sujeito um item referencial (como em *casa BONITA*), temos uma predicação de primeira ordem. Quando o sujeito é outro predicador (como em *casa MUITO bonita*), temos uma predicação de segunda ordem. Finalmente, em (1) e (2) temos uma hiperpredicação. Para uma elaboração dessas relações, veja Jespersen (1971, cap. VII) e Kato & Castilho (1991).

3. Predicação e discurso

Há situações em que o predicador toma por sujeito não um termo codificado no enunciado, e sim um dos participantes do discurso. Nesses casos, direi que a predicação afetou o sistema discursivo da língua.

Sejam os seguintes exemplos:

(5) *essa turma seguramente entrará em G3 a não ser que se faça um esforço* (EF, POA, 278: 213).

(6) *nas feiras hippies as pessoas naturalmente compram bugigangas.*

Em (5), se a proposição for tomada como sujeito de *seguramente*, teremos um caso de possibilidade epistêmica, causada pela combinação desse Adv com o tempo futuro do verbo, como se observa pelas paráfrases:

(5a) *eu acho que P*

(5b) *talvez P*

(5c) *é provável que P.*

Mas se entendermos que *seguramente* pode simultaneamente tomar por sujeito a proposição e o locutor, (5) poderá ser interpretada como:

(5d) *eu estou seguro que o conteúdo de P não é seguro.*

Em (5d), o autor da S assume perante seu interlocutor a asseveração contida no item *seguramente*, mantendo incerto o conteúdo proposicional. Houve, portanto, uma predicação discursiva, paralelamente à predicação do enunciado.

Em (6), nota-se que a predicação desencadeada por *naturalmente* pode gerar mais de um significado:

(i) se o interlocutor processa tal S tomando por sujeito do Adv toda a S, provavelmente ele a parafraseará como

(6a) *que as pessoas comprem bugigangas nas feiras hippies é natural*
e o advérbio estará modalizando asseverativamente a sentença;

(ii) se ele considerar que o predicador adverbial está incidindo sobre o verbo, provavelmente interpretará esse enunciado como

(6b) *é hábito comprar bugigangas nas feiras hippies*
e o Adv estará quantificando o verbo;

(iii) finalmente, se o interlocutor estiver passando por uma feira hippie, e ouvir (6) de seu parceiro de conversação, ele poderá interpretar que o sujeito do Adv, além dos acima indicados, contidos no enunciado, pode ser ele próprio, como um participante da enunciação, identificando-se um efeito perlocutório, parafraseável mais ou menos assim:

(6c) *visto que é verdadeiro que as pessoas comprem bugigangas nas feiras hippies, e isso é até mesmo um hábito, meu interlocutor está achando natural que eu lhe compre algo.*

Nessa interpretação, o Adv estará concorrendo para o desencadeamento de uma inferência conversacional, vale dizer, de uma significação que, à semelhança de (5d), não se encontra na "literalidade" de (6).

Em exemplos como (5) e (6) explorou-se a força ilocucionária da predicação adverbial, caracterizando-se um caso de predicação discursiva, ou pragmática.

As observações feitas neste e no item anterior fornecem um quadro, dentro do qual se pode descrever a predicação adverbial e adjetival no português falado.

A predicação adverbial e adjetival

Casteleiro (1981) e Ilari et al. (1990) estabelecem uma distinção entre adjetivos e advérbios predicativos e não predicativos, a partir de considerações de ordem semântica e sintática.

Partindo daí, apresento neste item um resumo de trabalhos anteriores: Castilho (1993a), sobre a predicação adverbial, e Castilho & Moraes de Castilho (1993), sobre a predicação adjetival.

Vou postular os seguintes processos, para dar conta da atuação dessas classes:

(1) predicação por avaliação da classe-sujeito: advérbios e adjetivos modalizadores;

(2) predicação por quantificação da classe-sujeito: advérbios e adjetivos quantificadores;

(3) predicação por qualificação da classe sujeito: advérbios e adjetivos qualificadores.

Nunca será demais insistir em que as designações acima não remetem a itens únicos e distintos, e sim a processos semânticos não excludentes, não opositivos, não negativos. Conforme deve ter ficado claro, um mesmo item pode desencadear mais de uma significação, gerando outras tantas ambigüidades que tipificam as línguas naturais como produtos de situações sociais. Assim, determinado valor semântico destacado na análise representa a significação considerada mais saliente e mais relevante para a interação em curso.

1. Predicação modalizadora

Os modalizadores predicam a classe-sujeito numa forma subjetiva, verbalizando uma avaliação pessoal a respeito de seu conteúdo. O significado que resulta dessa operação realça a intervenção do locutor, razão por que parece adequado caracterizar os advérbios e os adjetivos modalizadores como "orientados para o falante".

Os dados do Projeto NURC, analisados dessa perspectiva, apontam para a existência de três subclasses de modalizadores: os epistêmicos, os deônticos e os pragmáticos.

1.1 Modalizadores epistêmicos

Os modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação sobre o teor de verdade da classe-sujeito. Eles podem ser asseverativos e quase-asseverativos.

1.1.1 Epistêmicos asseverativos

Advérbios e adjetivos em uso epistêmico asseverativo são usados sempre que o falante considera que o conteúdo da classe-sujeito é verdadeiro, e que, portanto, suas propriedades intensionais preenchem suas necessidades interlocutivas. O falante

manifesta, em decorrência, um alto grau de adesão ao conteúdo da expressão predicada. O verbo *saber* pode representar essa classe:

- (7) eu tenho vontade de ir lá (...) porque *realmente* é um espetáculo bonito (D2 SSA 98: 811).
- (8) a causa *real* da crise política são as elites.
- (9) *evidentemente* a ele caberá tomar a decisão (DID REC 131: 260).
- (10) a causa *evidente* da crise política são as elites.

É bastante extensa a lista de advérbios e adjetivos que podem aparecer em usos epistêmicos asseverativos: *evidente(mente)*, *natural(mente)*, *efetiva(mente)*, *obvia(mente)*, *reconhecida(mente)*, *lógica(mente)*, *segura(mente)*, *certa(mente)* etc.

1.1.2 Epistêmicos quase-asseverativos

Os advérbios e adjetivos epistêmicos quase-asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo da classe modificada quase certo, próximo à verdade, como uma sorte de hipótese que depende de confirmação. Há uma baixa adesão com respeito a esse conteúdo, pois o falante manifesta insegurança quanto à adequação das propriedades intensionais da classe predicada. As expressões *eu acho*, *eu suponho*, *é provável que* são a contraparte dos advérbios e adjetivos adiante exemplificados:

- (11) e *possivelmente* passe essa fase (D₂, SP, 360: 226)
- (12) a manta protege o pêlo do cavalo de uma *possível* machucadura (DID, SP, 18: 756)
- (13) *provavelmente* [a cadeia de supermercados] é superior a qualquer uma do país (D₂, REC, 5: 302)
- (14) a causa *provável* da crise política são as elites
- (15) *eventualmente eventualmente* as linhas eróticas...e a religiosa se cruzam (EF, SP, 153: 302)

1.2 Modalizadores deônticos

Através dos advérbios e adjetivos deônticos, o falante informa que o conteúdo da classe-sujeito é considerado necessário. Agora, não é mais o teor de verdade que está em jogo, destaca-se que há um controle humano sobre os eventos e sobre os referentes, isto é, ocorre sua modalização intrínseca, nos termos de Quirk et al. (op. cit.). Exemplos:

- (16) não que *necessariamente* ele precise saber que (...) (EF, POA, 278: 690)
- (17) temos uma decisão *necessária* a tomar, no caso de uma crise
- (18) toda e qualquer cirurgia...no campo médico...implica *obrigatoriamente* despesas
- (19) o recurso *obrigatório* para isso é a mobilização

1.3 Modalizadores pragmáticos

Os modalizadores pragmáticos predicam basicamente os participantes do discurso, deixando o conteúdo proposicional ou o referente do N num discreto segundo plano. Advérbios e adjetivos que exercem esse papel servem para verbalizar as reações do locutor, ou do locutor em face de seu interlocutor, diante do conteúdo que se quer veicular. Eles exemplificam a função emotiva da linguagem, e podem ser representados pela expressão “eu sinto X (diante de Y) em face do conteúdo Z”:

(20) *felizmente* ainda não começaram aquela fase mais difícil (D₂, SP, 360: 49)

(21) o Brasil vive uma situação *infeliz*

(22) *francamente...sinceramente...*ainda não consegui entender onde ele quer chegar

(23) sua reação *sincera* desconcertou ainda mais

Os adjetivos desta classe, também chamados psicológicos, têm a propriedade de predicar tanto o conteúdo de N, expresso no enunciado, quanto um dos participantes do discurso, em geral o próprio falante, numa forma bidirecional, como em:

(24) São Paulo é uma cidade *asfixiante* (DID, SP, 137: 93)

isto é,

(24a) São Paulo é uma cidade asfixiante

(24b) São Paulo me asfixia

O mesmo se aplica a itens como *simpático, atrativo, curioso, espantoso, lamentável, surpreendente*.

2. Predicação quantificadora

A predicação quantificadora é um processo semântico-sintático por meio do qual um operador incide sobre uma classe modificando sua extensão, isto é, sua propriedade de designar um conjunto de indivíduos.

Os dados apontaram para dois tipos de quantificação adverbial ou adjetival: ou se adicionam indivíduos a um conjunto ou se lhe subtraem. Resultam daqui dois tipos de predicadores quantificadores: os aspectualizadores iterativos (operação de adição) e os delimitadores (operação de subtração).

2.1 Quantificadores aspectualizadores

Em Castilho (1984), argumentei que o aspecto tem no português um forte caráter composicional, visto que não dispõe de morfologia própria, podendo ser descrito com base em um modelo semântico em que se distingue no verbo a operação de seu resultado. O aspecto operativo tem uma face quantitativa (donde o semelfactivo e o iterativo) e uma face qualitativa (donde o imperfectivo e o perfectivo). O aspecto resultativo não parece comportar noções secundárias.

Os advérbios e adjetivos aspectualizadores iterativos predicam mais de um indivíduo do conjunto, apresentando-o de uma forma indeterminada, não especificada, ou de uma forma determinada, especificada, na dependência do item selecionado pelo falante. Alguns exemplos:

- (25) *geralmente* essas ocasiões são muito breves...quando elas...se elas existirem (D₂, POA, 291: 1159)
- (26) porque o que acontece *mensalmente* ou *trimestralmente* né... é mais subdividido (D₂, RJ, 355: 160)
- (27) ao rever os seus objetivos *muitas vezes* o professor se dá conta de que (...) (EF, POA, 268: 60)
- (28) aqui a saída *normal / habitual / semanal* é nas quintas-feiras

A omissão dos itens grifados acima comprometeria a “pluralização” do estado de coisas descrito por *ser muito breve, acontecer, dar-se conta de* e do referente do deverbal *saída*.

2.2 Quantificadores delimitadores

Advérbios e adjetivos de quantificação delimitadora restringem a extensão da classe-sujeito, circunscrevendo-a a um domínio do conhecimento ou a um ponto de vista. Essa operação implica uma subtração de indivíduos:

- (29) *economicamente* o negócio pode ser muito bom
- (30) uma questão *econômica* dificulta a demarcação das terras dos índios
- (31) *pessoalmente* eu não gosto do nome Shangri-lá (D₂, SP, 255: 1144)
- (32) você não pode ter essa avaliação *pessoal* neste caso (D₂, SP, 343: 1153)

Nos exemplos acima, a extensão de *ser bom negócio, questão, não gostar de e avaliação* foi delimitada pelos advérbios e adjetivos grifados, restringindo-se sua extensão.

3. Predicação qualificadora

Através da predicação qualificadora, interferimos nas propriedades intensionais da classe-sujeito, seja para confirmá-las, cancelá-las parcialmente ou para adicionarlhes traços. Decorrem disso os qualificadores confirmadores, canceladores e adicionadores.

3.1 Qualificadores confirmadores

Advérbios e adjetivos confirmadores selecionam todas as propriedades intensionais da classe modificada, operação de que resulta um efeito de ênfase:

- (33) nós aqui ficamos mais *autenticamente* brasileiros (D₂, REC, 5: 1238)
- (34) tem peças que são *autênticas* porcarias (DID, SP, 161: 255)
- (35) *rigorosamente* seria provavelmente um negócio desse jeitão aqui...certo? (EF, SP, 338: 191)
- (36) se [a firma] não puder fazer isso ela vai à falência...*pura e simplesmente* (DID, SP, 250: 341)
- (37) no Oriente há um símbolo *clássico*...a serpente que morde a própria cauda (EF, SP, 124: 418)
- (38) eu acho que não me lembro do lugar *especial* pra plantar (DID, SP, 18: 400)

O processo semântico desencadeado pelos itens grifados é habitualmente descrito na literatura sob a denominação um tanto vaga de "ênfase", propondo-se por vezes rótulos tais como "enfanzadores". Acredito que o rótulo "confirmadores" descreve com maior adequação o choque entre as propriedades intensionais do predicador e de sua classe-alvo.

3.2 Qualificadores canceladores

Os canceladores operam num sentido inverso ao dos confirmadores. Agora, propriedades intensionais da classe-sujeito são parcialmente apagadas, ainda que se preservem outros traços. A operação gera dois efeitos: o de aproximação e o de aspectualização.

3.2.1 Canceladores aproximadores

Esses predicadores criam um significado aproximativo, instruindo o interlocutor a não ser estrito na interpretação da expressão predicada:

- (39) *Coisas nossas* passou *praticamente* em todas as grandes cidades brasileiras (EF, SP, 153: 530)
- (40) mas o exame de mestre era muito mais complicado () o de arrais é *uma espécie* de exame de curso infantil (D₂, SSA, 98: 1084)
- (41) [a professora] *quase* sempre ela é procurada pelos alunos (D₂, SP, 360: 1242)
- (42) depois de um *teórico* período de experiência junto à firma de seu pai, o Toninho foi nomeado vice-diretor da empresa
- (43) esse presidente exibe uma *relativa* disposição para com os descamisados

3.2.2 Canceladores aspectualizadores

Nestes casos, a qualidade atribuída à classe-sujeito implica o apagamento de traços altamente relevantes da classe-alvo. O caso mais patente é o dos aspectuali-

zadores, que chegam a alterar a *Aktionsart* do verbo e do N deverbal, transpondo-os de perfectivos para imperfectivos:

- (44) [a morte num avião é rápida] ...eu não gosto de morrer *aos pedacinhos... aos poucos* (D₂, SSA, 98: 1569)
(45) a Bolsa de Valores sofreu uma queda *lenta* na última semana
(46) aqueles assuntos que:: não provocam em mim um interesse *momentâneo* muito grande (D₂, SP, 255: 1103)

Em (44), a telicidade do verbo *morrer* é transformada em atelicidade pelos adverbiais *aos pedacinhos, aos poucos*. Em (45), o mesmo pode dizer-se de *queda*, que recebe de *lenta* um traço de imperfectividade. Finalmente, em (46), o sentido permansivo de *interesse* torna-se perfectivo graças à predicação de *momentâneo*.

3.3 Qualificadores adicionadores

Há advérbios e adjetivos que agregam propriedades intensionais às classes-sujeito. A adição de uma qualidade é o tipo de predicação mais produtivo, e por isso mesmo advérbios e adjetivos são muitas vezes denominados "classes qualificadoras", o que implica hipertrofiar uma de suas atuações. Os dados apontam como mais freqüente a adição dos traços de intensidade ou grau, e de dimensão.

3.3.1 Adicionadores graduadores

Os qualificadores adicionadores graduadores são habitualmente denominados "intensificadores", rótulo que tem o defeito de pressupor apenas uma "gradação para mais". Essa propriedade é definitória, no caso dos adjetivos, permitindo uma das raras distinções entre N e Adj: enquanto modificações do N remetem a diferenças de dimensão, as modificações do Adj remetem a diferenças de intensidade:

- (47) falou *muito / pouco*
(48) depois o que eu li de Gabriel García Márquez achei *extremamente* fraco (D₂, REC, 5: 534)
(49) [isso é] um negócio *altamente* boêmio...ouviu? (D₂, SSA, 98: 1346)

Outros advérbios graduadores: *tremendamente, absolutamente, extraordinariamente, incomparavelmente, infinitamente, imensamente, profundamente*.

- (50) tem uma diferença vamos dizer *grande* (DID, SP, 18: 456)
(51) os musicais fazem um sucesso *tremendo* (DID, SP, 161: 503)
(52) e todos os carros da cidade pequena podem fazer uma fumaceira *desgraçada* que vão poluir a cidade (D₂, SP, 343: 314)

3.3.2 Adicionadores dimensionadores

Parece que apenas os adjetivos podem agregar ao referente do N sobre que se aplicam os traços de *dimensão, medida, tamanho*:

- (53) a casa da fazenda...ela era uma casa antiga...tipo colonial brasileiro...janelas largas (DID, SP, 18: 10)
- (54) e as moças...usavam vestidos mais ou menos longos...para os bailes (D₂, SP, 396: 68)
- (55) ah cabelo a gente tinha cabelo *comprido*...enrolava () que a cabeça ficava parecendo...nem sei...um BALde (D₂, SP, 396: 1932)

Conclusões

Este trabalho mostra que há uma harmonia categorial entre advérbios e adjetivos, quando examinamos seu papel predicador. A língua representa em sua estrutura os mesmos processos semânticos através de formas estruturalmente diversas.

Os três tipos de predicação adverbial e adjetival servem na interação a propósitos diferentes. Os modalizadores são "orientados para o falante", visto que verbalizam a atitude deste em relação ao conteúdo da classe modificada. Os quantificadores e os qualificadores são "orientados para o referente", visto que especificam a extensão e a intensão da classe modificada.

O sujeito desses predicadores pode estar no enunciado ou na enunciação; neste caso, dei-lhes a designação algo genérica de predicadores pragmáticos.

Para retratar o tipo de contribuição semântica trazida pela predicação, acolhi os dois processos propostos por Weinreich (1972), aos quais agreguei um terceiro. Com isso, o quadro ficou assim organizado:

(i) predicação por encadeamento ou adição: o predicador cede um traço à classe-sujeito. A maior parte dos advérbios e adjetivos predicativos operam nesta forma: os modalizadores epistêmicos / deônticos / pragmáticos, os quantificadores aspectualizadores, os qualificadores confirmadores / adicionadores, neste caso, com exceção dos aspectualizadores;

(ii) predicação por transferência: da relação entre o predicador e a classe-sujeito surge um significado inteiramente novo, o que ocorre maiormente nas expressões idiomáticas. O termo "transferência", que deveria traduzir o inglês *nesting*, tem o defeito de encobrir – em minha leitura – o alcance real desta categoria. O *corpus* examinado mostrou-se pobre a respeito desse processo, porém pesquisas adicionais poderiam revelar advérbios e adjetivos que desencadeiam esse processo;

(iii) predicação por cancelamento ou subtração: o predicador apaga parte dos atributos da classe-sujeito. Os dados revelaram a existência de duas predicações por cancelamento: ou se diminuem os indivíduos do conjunto, como nos quantificadores

delimitadores, ou se alteram as propriedades intensionais da classe-alvo, como nos qualificadores canceladores aproximadores / aspectualizadores.

A continuação desta pesquisa implicará a realização de estudos monográficos sobre os itens mais produtivos. No presente trabalho, nada avancei na análise do papel discursivo de advérbios e adjetivos, por acreditar que muita análise semântica deve ser ainda feita. A precedência da reflexão semântica sobre a discursiva pode conjurar os riscos de um funcionalismo radical.

CASTILHO, A. T. de A functional viewpoint on predication. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 75-95, 1994.

- **ABSTRACT:** *This paper (1) gives an account of the development of the Spoken Portuguese Grammar Project, (2) discusses predication within the frame of a functional grammar, and (3) offers some results of the analysis of predicative adverbs and adjectives, used in spoken standard Brazilian Portuguese, as witnessed in materials of the NURC Project. (Abstract prepared by the Editor.)*
- **KEYWORDS:** *Spoken language; functional grammar; predication; adverbs; adjectives.*

Referências bibliográficas

- 1 BÉCARES BOTAS, V. Introducción. In: APOLÓNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Madrid: Gredos, 1987.
- 2 BENVENISTE, É. *Problèmes de langage*. Paris: Gallimard, 1966.
- 3 BRAGA, M. L. Construções de tópico do discurso. In: NARO, A. J. (Org.) *Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Censo à Educação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, 3 v. (Mimeogr.).
- 4 CASTELEIRO, J. M. *Sintaxe transformacional do adjetivo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.
- 5 CASTILHO, A. T. de. Ainda o aspecto verbal. *EPA* 3, p. 9-36, 1984.
- 6 _____. Para o estudo das unidades discursivas em português. In: _____. (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p. 249-80.
- 7 _____. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. v. 1.
- 8 _____. *A predicação adverbial no português falado*. São Paulo: 1993a. Tese (Livre-Docência), Universidade de São Paulo. (Mimeogr.).
- 9 _____. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b. v. 3.
- 10 _____. (Em andamento). *Linguística portuguesa*.
- 11 CASTILHO, A. T., MORAES DE CASTILHO, C. M. Adjectival Hedges in Brazilian Spoken Portuguese. In: KOCH, I., SCHLIEBEN-LANGE, B. (Ed.) *Linguistik in Brasilien*. Tübingen: Gunter Narr, 1993.

- 12 DIK, S. *Gramática funcional*. Trad. Leocadio Martin Mingorance e Fernando Serrano Valverde. Madrid: Soc. Gen. Española de Librería, 1981.
- 13 _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- 14 DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- 15 DUBOIS, J. W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. (Ed.) *The pear stories*. Norwood: Ablex, 1980. p. 203-74.
- 16 _____. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-65.
- 17 _____. The discourse basis of ergativity. *Language*, Baltimore, v. 64 n. 4, p. 805-55, 1987.
- 18 FRANCHI, C. *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*. Campinas: 1976. Tese (Doutorado), Universidade de Campinas. (Inédita).
- 19 _____. Concepção de E-Gramática. Conferência pronunciada no Dep. de Lingüística da Unicamp, inédito, 1991.
- 20 GARCIA, E. Discourse without syntax. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and semantics* 12, p. 23-49, 1979.
- 21 GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- 22 _____. (Ed.) *Topic continuity in discourse: a qualitative cross-language study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.
- 23 _____. *Syntax: a functional - typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v. 1.
- 24 _____. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, C. (Ed.) *Noun classes and categorization*. New York: Academic Press, 1986. p.77-102.
- 25 HALLIDAY, M. A. K. Os usuários e os usos da língua. In: HALLIDAY, M. A. K., MACINTOSH, A., STREVENSON, P. *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 98-135.
- 26 _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- 27 HOPPER, P. J., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, p. 251-99, 1980.
- 28 _____. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language*, Baltimore, v. 60 n. 4, p. 703-52, 1984.
- 29 ILARI, R. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- 30 ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.), 1990, p. 63-142.
- 31 ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. v. 2.
- 32 _____. Propriedades extensionais e intensionais dos adjetivos. Projeto apresentado ao VI Seminário do PGPF, 1992, inédito.
- 33 JESPERSEN. *La philosophie de la grammaire*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.
- 34 JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp, 1992, p. 359-439.
- 35 KATES, C.A. *Pragmatics and semantics*. Ithaca: Cornell University, 1980.
- 36 KATO, M., CASTILHO, A. T. Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicador? *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 409-24, 1991.
- 37 LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., FRIED, F. *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 311-32.

- 38 LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. *Papers from the eighth regional meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 183-227, 1975.
- 39 _____. Categories: an essay in cognitive linguistics. In: _____. *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshing Publishing, 1982, p. 139-209.
- 40 LAVANDERA, B. Tensión entre el personal y el impersonal en la organización del discurso. In: _____. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984, p. 101-24.
- 41 LEECH, G. *Semantics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.
- 42 LEMLE, M., NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1977.
- 43 LYONS, J. *Semantics*. London: Longmans, 1977, 2 v.
- 44 MORAES DE CASTILHO, C. M. *Os delimitadores no português falado no Brasil*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas.
- 45 MOURA NEVES, M. H. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- 46 NARO, A. J., VOTRE, S. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *DELTA*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 285-99, 1992.
- 47 NASCIMENTO, M. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 83-98, 1990.
- 48 PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.
- 49 PONTES E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- 50 QUIRK, R., et al. *A comprehensive grammar of the english language*. London: Longman, 1985.
- 51 RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular de São Paulo*. São Paulo, 1987, Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo. (Mimeogr.).
- 52 SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, 1988, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 v. (Mimeogr.).
- 53 VOTRE, S., NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, v. 5, n. 2, p. 169-84, 1989.
- 54 WEINREICH, U. Pesquisas em teoria semântica. In: LOBATO, L. M. P. (Org.) *A semântica na lingüística moderna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1972, p. 165-273.
- 55 WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1967.